Entre Ausências e Emergências: a Epistemologia do Sul, de Boaventura de Souza Santos, e a pesquisa em Mídia, Religião e Política[1]

Magali do Nascimento Cunha[2]

RESUMO

Identificar as contribuições do pensamento do cientista político Boaventura de Sousa Santos aos estudos em mídia, religião e política no Brasil é o principal objetivo deste estudo. A hipótese que o orienta é que as noções e categorias resultantes da Epistemologia do Sul, elaboradas por Santos (2011, 2009), tornam possíveis os avanços na pesquisa em torno desta interface, para além da abordagem crítica da emergência da ocupação do espaço público por evangélicos conservadores, e para além das análises sobre o papel dos religiosos midiáticos que protagonizam processos políticos nessa crise. Estruturado pela clássica metodologia da educação popular "Ver-Julgar-Agir", o estudo está dividido em três partes: o "ver" o contexto da interface mídia, religião e política no Brasil, o "julgar" com o pensamento de Santos, o "agir" com as possibilidades de pesquisa que emergem desta síntese.

PALAVRAS-CHAVE: mídia; religião; política; epistemologia do sul

Introdução

Identificar as contribuições do pensamento do cientista político Boaventura de Sousa Santos aos estudos em mídia, religião e política no Brasil é o principal objetivo deste estudo. A hipótese que o orienta é que as noções e categorias resultantes da Epistemologia do Sul, elaboradas por Santos (2011, 2010), tornam possíveis os avanços na pesquisa em torno desta interface, para além da abordagem crítica da crise em torno do princípio do Estado Laico no Brasil, com a emergência da ocupação do espaço público por evangélicos conservadores, e para além das análises sobre o papel dos religiosos midiáticos que protagonizam processos políticos nessa crise.

Importa, de forma introdutória, registrar que este estudo se dá no contexto de potencialização de iniciativas e espaços de pesquisa no Brasil, nas últimas duas décadas e

[1] Trabalho apresentado no GP Teorias da Comunicação, XVI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
[2] Doutora em Ciências da Comunicação, docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo.

meia, pelo menos, que enfatizam a articulação entre comunicação/mídia e política e comunicação/mídia e religião.

Os estudos em Comunicação/Mídia e Política no Brasil têm tido uma trajetória intensificada a partir dos últimos 25 anos (AZEVEDO, RUBIM, 1998). Antes deste período, os estudos dedicavam-se a abordagens mais teóricas ao redor das conexões entre comunicação, teoria e ideologia, a investigação da política nos noticiários de jornais diários e a análise de discurso. Foram as primeiras eleições diretas para a Presidência da República, em 1989, após os 21 anos de ditadura civil-militar, marcadas por um protagonismo dos processos de comunicação midiáticos, que instigaram caminhos de pesquisa em torno de agenda-setting, comunicação no espaço público, espetacularização, marketing político, democratização das mídias, midiatização da política, entre outros temas. Publicações, como a revista *Comunicação & Política* (Cebela, Rio de Janeiro, 1982), espaços como o "Grupo de Trabalho Comunicação e Política", da Associação de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPOS, criado em 1992) e articulações entre pesquisadores da área da comunicação com cientistas sociais e políticos de outras áreas do saber, que originaram séries de pesquisas, publicações e eventos científicos, permitiram a consolidação e a ampliação dos estudos nesta interface, presentes hoje em várias universidades do país.

Já os estudos em Comunicação/Mídia e Religião vêm numa ampliação crescente no país, uma vez que não é mais possível compreender as religiões no mundo contemporâneo sem relacioná-las à comunicação e às mídias, nem é mais possível tratar as mídias sem levar em conta a sua relação com as religiões (HOOVER, 2014). Um considerável número de pesquisas, desde os anos 1970, dedica-se a compreender o processo de produção da programação religiosa, isto é, a presença de grupos religiosos, principalmente de igrejas cristãs, nas mídias, como empreendedores editoriais, proprietários de veículos ou detentores de espaços nas grades de programação de canais de TV e emissoras de rádio. Análises significativas na forma de dissertações de mestrado e teses de doutorado, algumas disseminadas por meio de livros e artigos, contribuíram para consolidar este campo de estudos, e romper com a perspectiva positivista predominante na formação do sistema educacional brasileiro, que procurava colocar a religião na academia "no seu devido lugar", ou seja, como pertencente primordialmente aos estudos na área da antropologia, da sociologia, quiçá de psicologia. Nos últimos anos, um novo caminho tem sido aberto para estudos sobre recepção dos conteúdos veiculados e sobre as representações das religiões em mídias não-religiosas (noticiário, publicidade e produções de entretenimento). Essas

pesquisas inscrevem novas e ricas possibilidades de investigação, para além da clássica compreensão do fenômeno das igrejas na mídia como produtoras e veiculadoras de mensagens.

A interface mídia, religião e política é um campo de estudos ainda em aberto na área da Comunicação. Objeto de atenção maior de cientistas políticos e da religião, a intensificação da presença de cristãos na política partidária no Brasil, em especial a partir do Congresso Constituinte de 1986, conectada à potencialização da ocupação de espaços midiáticos, principalmente dos evangélicos em amplo crescimento no país a partir dos anos 1990 (CUNHA, 2016), tem gerado mais curiosidade acadêmica de pesquisadores da Comunicação. Este estudo se inscreve neste contexto e busca uma contribuição teórica sobre as ausências e emergências no processo político que envolve evangélicos e mídias no país.

1. O protagonismo dos evangélicos no contexto político brasileiro

Em pesquisas realizadas pela autora deste trabalho, inicialmente sobre o "Caso Marco Feliciano" em 2013[3], em seguida sobre a cobertura das mídias referente ao lugar da religião no processo eleitoral de 2014 (CUNHA, 2016), foram verificadas as seguintes dinâmicas sociopolíticas e culturais enfatizadas nas narrativas de grandes mídias noticiosas e mídias religiosas sobre a participação de religiosos no processo eleitoral:

(a) Os evangélicos são o grupo em maior evidência quando se aborda nas mídias noticiosas a temática mídia, religião e política;

(b) Nos anos de 2010 e 2013, as grandes mídias enfatizaram a atraente questão da homossexualidade, tema em pauta nas campanhas eleitorais e nos projetos debatidos no Congresso Nacional, que estimula emoções e paixões humanas e expõe a vida íntima de celebridades. A controvérsia da legalização do aborto também ganhou grande espaço. Em 2013, o Caso Deputado Marco Feliciano (PSC/SP) potencializou estas temáticas, com amplo espaço na cobertura noticiosa, com ênfase no exotismo em torno da situação da

[3] O "Caso Marco Feliciano" diz respeito à indicação, em 2013, pelo Partido Social Cristão (PSC), do membro de sua bancada na Câmara dos Deputados, o pastor evangélico Marco Feliciano (SP) para presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal (CDHM). A indicação gerou reações de grupos pela causa dos Direitos Humanos, que alegaram ser o deputado conhecido por veicular em mídias religiosas declarações discriminatórias de pessoas negras e homossexuais. Sobre o caso ver: CUNHA, M. N. Entre verdades, falácias e necessidades. O caso Marco Feliciano e a pauta dos direitos humanos**. Le Monde Diplomatique**, n. 81, abr 2014. Disponível em: http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1620. Acesso: 2 jul 2016; CUNHA, M. N. O lugar das mídias no processo de construção imaginária do "inimigo" no caso Marco Feliciano. **Comunicação, Mídia e Consumo**, ano 10 vol.10 n.29, p.51-74, set- dez, 2013. Disponível em: http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/607/pdf. Acesso: 2 jul. 2016; CUNHA, M. N. O "Caso Marco Feliciano" como paradigma para os estudos em mídia, religião e política no Brasil. **XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Anais. Intercom, Rio de Janeiro, 4 a 7 set 2015. Disponível em http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-2931-1.pdf. Acesso: 2 jul. 2016.

nomeação do Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara e dos escândalos que estiveram nela contidos. Este processo culminou no fortalecimento do Partido Social Cristão nas eleições de 2014, a ponto de o partido lançar candidato próprio à Presidência da República, o Pastor Everaldo;

(c) Há, no noticiário pesquisado, o reconhecimento da força das Assembleias de Deus no processo, com destaque maior ao presidente da Convenção Geral Pastor José Wellington, frequentemente citado;

(d) As mídias noticiosas promoveram a acreditação do Pastor da Assembleia de Deus Vitória em Cristo Silas Malafaia como porta-voz dos evangélicos. Ele "a" voz a explicitar opiniões e perspectivas da relação evangélicos-política, evidenciando um discurso fundamentalista, de reação contrária a avanços sociais, em especial no tocante aos direitos das mulheres e os direitos sexuais. É possível deduzir que o discurso conservador de Malafaia teve amplo espaço nas mídias, pois responde a expectativas com a religião (imaginário e ideologia) da parte dos produtores do noticiário;

(e) As mídias religiosas alimentam e potencializam as ênfases temáticas e as dinâmicas veiculadas nas grandes mídias, em especial a "guerra" entre políticos evangélicos e militantes de movimentos feministas e LGBT promovida no noticiário. Com isso, as mídias religiosas proporcionaram a recriação do "imaginário do inimigo" entre os evangélicos com abordagens como "salvar a família" dos homossexuais, das feministas e do PT e salvar o país do Comunismo e do Bolivarianismo de um novo governo Dilma Rousseff. Estes temas apareceram em conteúdos de campanha de candidatos aos cargos públicos e em pregações religiosas da parte de lideranças das igrejas;

(f) Com isso, as mídias religiosas contribuíram na recriação do imaginário da perseguição dos evangélicos em terras brasileiras, presente desde a implantação do protestantismo no século XIX, e do estímulo a uma "guerra espiritual" como resposta;

(g) A acreditação de Silas Malafaia como grande líder evangélico, atuando como porta-voz do grupo, foi reproduzida pelas mídias religiosas;

(h) A eleição do deputado federal evangélico Eduardo Cunha (PMDB/RJ) como presidente da Câmara dos Deputados e sua transferência como membro da Assembleia de Deus contribuiu para uma reconfiguração da presença dos evangélicos na política nacional e para o fortalecimento de pautas conservadoras no congresso;

(i) O processo de midiatização da política se soma à visibilidade de uma "afinidade eletiva" das pautas políticas das grandes mídias com o neoconservadorismo evangélico.

Estes elementos compõem o quadro que hoje coloca os evangélicos como grupo religioso protagonista no processo político em curso no Brasil, o que resulta na intensa visibilidade da Bancada Evangélica no Parlamento e na emersão de lideranças religiosas ativistas políticas, com forte presença nas redes sociais digitais e visibilidade nas grandes mídias tradicionais, e colocam uma pauta importante para a pesquisa científica.

Esta pauta passa pela compreensão dos processos comunicacionais que envolvem a ampla ocupação dos espaços das mídias tradicionais por evangélicos, nos últimos 30 anos, por meio de concessões públicas, fenômeno denominado "coronelismo eletrônico evangélico" (FIGUEIREDO FILHO, 2010). Passa também pelo entendimento dos significados em torno da popularização da presença dos evangélicos nas grandes mídias em espaços noticiosos e de entretenimento, como parte do fenômeno "cultura gospel" (CUNHA, 2007). Inclui ainda a avaliação da relação do (novo) ativismo político evangélico com a forte presença de indivíduos, instituições e vinculados a este segmento religioso nas mídias digitais com inúmeros sites, blogs e perfis em redes sociais.

É fato que a dimensão da participação e da transformação dos receptores em emissores, por meio de processos de interação possibilitados pelas novas mídias, especialmente, pela internet, mudou o quadro da relação igrejas-mídias, de forma expressiva. Quando se dedica reflexão sobre as redes sociais digitais, uma infinidade de articulações e espaços é nítida. Igrejas e grupos cristãos perceberam que as mídias podem não apenas apresentar o Evangelho e dar visibilidade, mas podem articular, promover socialidade, firmar comunidade, expor posições/discussões políticas.

Por outro lado, as igrejas passam a não têm mais o controle do sagrado e da doutrina como tinham antes (HOOVER, 2014). A abertura para a participação e para que qualquer pessoa que professe uma fé, vinculada ou não formalmente a uma igreja, manifeste livremente suas ideias, reflexões e opiniões, tirou o controle dos conteúdos disseminados das mãos das lideranças. Basta ter um simples blog nos fartos espaços gratuitos, ou uma conta sem custo nas mais populares redes sociais digitais, e o espaço está garantido para a livre manifestação. Processo que ainda faz emergir das mídias novas autoridades religiosas – celebridades (padres e pastores midiáticos, cantores gospel), blogueiros – que se tornam referência para o modo de pensar, agir, ver o mundo, de muitos cristãos.

As mídias digitais tornaram-se ainda um espaço significativo para expressão dos grupos evangélicos minoritários, aqueles herdeiros de correntes teológicas que articulam um "cristianismo prático", defensores da vivência da fé aliada com engajamento social e visão crítica das dinâmicas sociais predominantes. Estes grupos estão presentes nas diferentes igrejas evangélicas e fora delas, em articulações ecumênicas (movimentos e ONGs). São grupos diversos, que podem ser tipologizados em, pelo menos, duas correntes: evangelicais e ecumênicos – os primeiros com engajamento social baseado na centralidade em Cristo e na Bíblia; os segundos com engajamento social baseado na centralidade em Deus e com abertura ao diálogo inter-religioso[4]. Por meio da ocupação dos espaços digitais disponíveis, esses grupos passaram a dar mais visibilidade às suas teologias, propostas e ações, alcançando até mesmo alguma repercussão nas mídias tradicionais.

Venício Lima instiga a uma compreensão deste fenômeno, quando chama a atenção para o importante papel que as mídias desempenham nas dinâmicas sociopolíticas: o poder de longo prazo que elas têm na construção da realidade por meio da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana e, particularmente, dos políticos e da política. "É através da mídia - em sua centralidade - que a política é construída simbolicamente, adquire um significado" (LIMA, 2009, p. 21).

Desta forma, pode-se afirmar que a relação entre evangélicos e política no tempo presente, no Brasil, é marcada por um processo de midiatização (GOMES, 2012). Nesse caso, a lógica produtiva das mídias é assumida pela religião e pela política em intercâmbio.

Na medida em que os evangélicos brasileiros ganham mais visibilidade política por meio da consolidação da bancada evangélica no Congresso Nacional e da presença nas mídias tradicionais (tanto na programação religiosa quanto na secular), emerge um ativismo político midiático da parte de quem ocupa com mais "intimidade" os espaços das mídias. Estes são, neste caso, os grupos conservadores, majoritariamente pentecostais, providos de recursos financeiros, de conteúdo e de linguagem atraente às compreensões dos próprios evangélicos, marcadas por conservadorismo, e de produtores midiáticos que revelam afinidade com suas propostas. Esta ostensiva presença provoca uma reação da parte dos grupos minoritários evangélicos, os de visão crítica das dinâmicas sociais, de vinculação a diferentes igrejas. E as mídias digitais tornam-se espaço para essa reação, possibilidade de comunicação alternativa à hegemonia conservadora da parte destes grupos.

[4] Sobre as características e diferenças entre evangelicais e ecumênicos, ver LONGUINI NETO, L. **O novo rosto da missão**. Os movimentos ecumênico e evangelical no protestantismo latino-americano. Viçosa: Ultimato, 2002.

Não se deixando de tomar em conta os argumentos positivos e negativos referentes ao lugar da internet na promoção da participação política em sociedades democráticas (GOMES, 2005), é preciso reconhecer que a ocupação deste espaço possibilitou algum avanço na limitada visibilidade política destes grupos evangélicos minoritários, com efeitos nas mídias tradicionais, o que carece de análise e compreensão. É uma "arena de visibilidade" que forma a "esfera de visibilidade pública" (GOMES, 2014) dos evangélicos no Brasil. Compreender esta construção de visibilidade alternativa no contexto do debate político nas mídias envolvendo grupos evangélicos distintos é elemento imperativo nas pesquisas em mídia, religião e política, em que o lugar do alternativo é, portanto, elemento a ser considerado.

Este quadro é o contexto que desafia as pesquisas em mídia, religião e política, no qual o segmento cristão evangélico é protagonista mas não é o único ator. É observável a presença ativa de grupos católico-romanos e das religiões de matriz africana na esfera política. Nesse sentido pode-se afirmar que há a produção da ausência, um silenciamento, dos demais grupos, sejam eles desses outros segmentos cristãos e religiosos, sejam eles também evangélicos, os progressistas, minoritários e invisibilizados.

É por estas constatações que são levantadas, neste estudo, as possibilidades de novas abordagens, em especial as que possam dar conta das diferentes formas de ativismo político religioso midiático, e das ausências e dos silenciamentos promovidos pelas mídias tradicionais, o que parece não estar recebendo atenção acadêmica neste tempo presente. Defende-se aqui que o pensamento de Boaventura de Sousa Santos pode representar significativa contribuição às novas investigações.

2. A Epistemologia do Sul: entre ausências e emergências

Boaventura de Sousa Santos é um cientista político português, com estudos embasados na Teoria Crítica, que, nos anos 1980, assumiu como um pensador que desenvolve compreensão do mundo mais ampla do que a concepção ocidental. Esta noção abrange, inclusive, a própria Teoria Crítica, questionada por ele como, também, uma teoria ocidental limitadora. Para isso, Santos realizou pesquisas no Sul Global – Brasil, Cabo Verde, Macau, Moçambique, África do Sul, Colômbia, Bolívia, Equador e Índia, Indonésia, Timor Leste. Aposentado como catedrático da Universidade de Coimbra, Santos continuou atuando com aulas e palestras e foi um dos principais impulsionadores do Fórum Social Mundial, espaço de pensamento crítico da globalização hegemônica e de gestação da globalização contra-hegemónica, desde 2001. A partir destas inserções e do

desenvolvimento de reflexões em torno da justiça cognitiva global, Santos elaborou o conceito de Epistemologias do Sul, que vem sendo aprofundado no projeto de pesquisa que dirige: "ALICE - Espelhos estranhos, lições imprevistas: definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências o mundo", financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC).[5]

As bases do pensamento de Santos ancoram-se na avaliação de que as ciências sociais vivem uma crise na contemporaneidade, porque são constituídas pela modernidade ocidental, do Norte colonizador, por isso as teorias revelam-se fora de lugar; não se ajustam às realidades sociais presentes tanto no próprio Norte e, mais intensamente, no Sul. Para o cientista social, há uma discrepância entre teoria e prática social, nociva tanto para a teoria quanto para a prática: "para uma teoria cega, a prática social é invisível; para uma prática cega, a teoria social é irrelevante" (SANTOS, 2011, p. 19).

Norte e Sul são para Boaventura Sousa Santos, mais do que localizações geográficas, são metáforas da realidade do mundo tal como construída na contemporaneidade. Enquanto o Norte, representa a hegemonia sociopolítica, econômica e cultural do sistema capitalista, o império, que, historicamente, foi desenvolvido pelos povos localizados hemisfério Norte, o Sul é metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo, que teve e continua a ter destinatários sociais específicos: trabalhadores, mulheres, minorias (e por vezes maiorias) étnicas, raciais e sexuais (SANTOS, 2010).

Com base nisso, Santos deduz que não é simplesmente um conhecimento novo o que é necessário, mas sim um novo modo de produção de conhecimento, pois as teorias sociais reproduzem as desigualdades sociais entre o Norte e o Sul.

Reconhecer estas contradições, para Boaventura de Sousa Santos, é reconhecer que os pressupostos culturais das ciências são muito claros, daí a importância de, no que diz respeito à ciência, que pesquisadores sejam objetivos mas não neutros, distinguindo entre objetividade e neutralidade.

> Objetividade, porque possuímos metodologias próprias das ciências sociais para ter um conhecimento que queremos que seja rigoroso e que nos defenda de dogmatismos; e, ao mesmo tempo, vivemos em sociedades muito injustas, em relação à quais não podemos ser neutros. Devemos ser capazes de efetuar essa distinção, que é muito importante. (...) O mais preocupante no mundo de hoje é que tanta experiência social fique desperdiçada, porque ocorre em lugares remotos. Experiências muito locais, não muito conhecidas nem legitimadas pelas ciências sociais hegemônicas são hostilizadas pelos meios de comunicação social, e por isso têm

[5] Mais sobre a biografia de Boaventura de Sousa Santos em http://www.boaventuradesousasantos.pt/pages/pt/homepage.php

> permanecido invisíveis, "desacreditadas". A meu ver, o primeiro desafio é enfrentar este desperdício de experiências sociais que é o mundo; e temos algumas teorias que nos dizem não haver alternativa, quando na realidade há muitas alternativas (2011, p. 23-24).

Santos averte, porém, que o Sul é, ele próprio, um produto do império e, por isso, a aprendizagem com o Sul exige igualmente a desfamiliarização em relação ao Sul imperial, ou seja, em relação ao tudo o que no Sul é o resultado da relação colonial capitalista. O pensador entende que só é possível se aprender com o Sul na medida em que ele é concebido como resistência à dominação do Norte e se busca nele o que não foi totalmente desfigurado ou destruído por essa dominação. Isto é, só se aprende com o Sul na medida em que se contribui para a sua eliminação enquanto produto do império (SANTOS, 2010).

1.1 A razão indolente: metonímica e proléptica

É aqui que Santos introduz o desafio de se estabelecer uma nova epistemologia, com base na crítica do que denomina "razão indolente", um pensamento preguiçoso, que se considera único, exclusivo. Esta racionalidade, segundo o pesquisador, não se exercita o suficiente para abordar a riqueza inesgotável do mundo, uma diversidade epistemológica inesgotável, ignorada por categorias científicas ocidentais muito reducionistas.

Neste ponto, Santos lança mão de duas figuras literárias para caracterizar a "razão indolente" como razão metonímica e como razão proléptica. A razão é metonímica porque toma a parte pelo todo; é uma racionalidade baseada num conceito de totalidade feito de partes homogêneas e nada do que fica fora dessa totalidade interessa. Por isso, promove o desperdício da experiência: contrai, diminui, subtrai o presente, em função do futuro centrado no progresso – torna muita experiência em curso e muita realidade presente em elemento invisível.

A razão indolente é metonímica porque está fundada em um conhecimento dicotômico, que esconde uma hierarquia: homem/mulher, norte/sul, cultura/natureza, branco/negro. Essas dicotomias são construídas por uma lógica de simetria, mas, de fato, escondem diferenças e hierarquias. Isso quer dizer que na razão ocidental indolente metonímica não se pode pensar o sul sem o norte; a mulher sem o homem; o escravo sem o amo, progressistas sem conservadores. A questão que se coloca é se nessas realidades não há elementos que estão fora dessa totalidade: o que há na mulher que não depende da relação com o homem? o que há no sul que não depende da relação com o norte? o que há no escravo que não depende da relação com o senhor? o que há nos progressistas que não depende da relação com os conservadores? Ou seja, o desafio de pensar fora da totalidade.

Esta proposta não é fácil de ser assimilada, na avaliação de Santos, porque essas totalidades reducionistas têm conduzido às contradições do presente.

A razão indolente é proléptica, porque, como na literatura, em que o narrador sugere que conhece bem o fim mas não vai contá-lo, é conhecedora, no presente, da história futura. A razão ocidental conhece bem o futuro que é centrado no progresso, o desenvolvimento do que existe. E este sentido está baseada em uma noção de tempo linear em que o futuro é infinito, expande demais o futuro. Daí as duas características em conexão: como razão metonímica, contrai, diminui o presente; como razão proléptica, expande infinitamente o futuro.

1.2 Ausências vs. Emergências: Monoculturas vs. Ecologias

A racionalidade ocidental, nesse sentido, produz ausências. Para Boaventura de Sousa Santos há cinco modos de produção de ausências na racionalidade ocidental, denominados "monoculturas" (como a soja), pois destroem outros conhecimentos, produzem o que o pensador chama de "epistemicídio" – a morte de conhecimentos alternativos. São elas:

(1) **monocultura do saber e do rigor** pela qual a ideia de que o único saber rigoroso é o saber científico, a ciência ocidental – outros conhecimentos não têm a validade nem o rigor do conhecimento científico – daí produz-se uma ausência, a ignorância; (2) **monocultura do tempo linear:** a ideia de que a história tem um sentido, uma direção, e de que os países desenvolvidos estão na dianteira: suas instituições, suas formas de sociabilidade, suas maneiras de estar no mundo. Aqui está incluído o conceito de progresso, de modernização, de desenvolvimento e, na contemporaneidade, de globalização e a classificação de países e grupos como pré-modernos, simples, primitivos, selvagens. – daí produz-se uma ausência, o residual; (3) **monocultura da naturalização das diferenças:** a ocultação de hierarquias, sendo as mais persistentes a étnica, a sexual e a de castas na Índia. Os que são inferiores nessas classificações naturais o são "por natureza". Esta é outra característica da racionalidade indolente ocidental: não pensa diferenças com igualdade; as diferenças são sempre desiguais – daí a ausência: "inferiorizar"; (4) **monocultura da escala dominante:** historicamente, o universalismo, e, no presente a "globalização". O universalismo diz respeito a toda ideia ou entidade que é considerada válida, independentemente do contexto no qual ocorre. Já a globalização, segundo Santos, é uma entidade que se expande no mundo e, ao se expandir, adquire a prerrogativa de nomear

como locais as entidades ou realidades rivais. A realidade particular e local não é considerada alternativa crível diante de uma realidade global, universal. O global e universal é hegemônico; o particular e local não conta, é invisível, descartável, desprezível – daí a criação de uma ausência: particularizar; (e) **monocultura do produtivismo capitalista:** a ideia de que o crescimento econômico e a produtividade mensurada em um ciclo de produção determinam a produtividade do trabalho humano ou da natureza e tudo o mais não conta. Nesse contexto, tudo o que não é produtivo é considerado improdutivo ou estéril. A maneira de produzir ausência aqui é determinar a "improdutividade".

A tarefa científica objetiva que não é neutra, para o cientista político, é fazer com que o que está ausente seja presente, que as experiências que já existem mas foram tornadas invisíveis e não críveis tornem-se disponíveis; ou seja, superar a herança positivista, centrada no trabalho com o que é presente, transformar objetos ausentes em objetos presentes. É dessa forma que Boaventura de Sousa Santos propõe uma ciência que expanda o presente, para incluir nele muito mais experiência, e contraia o futuro, para prepara-lo. Daí as categorias de Sociologia das Ausências e Sociologia das Emergências:

> ...um procedimento transgressivo, uma sociologia insurgente para tentar mostrar que o que não existe é produzido ativamente como não existente, como uma alternativa não crível, uma alternativa descartável, invisível à realidade hegemônica do mundo (SANTOS, 2011, p. 28-29).

Daí a proposta de Santos de substituir as cinco monoculturas por cinco ecologias e tornar as ausências presentes:

(1) **ecologia dos saberes:** postura de racionalidade que não significa "descredibilizar" as ciências, nem um fundamentalismo essencialista "anti-ciência", mas um uso contra-hegemônico da ciência hegemônica, como parte de uma ecologia mais ampla de saberes em que o saber científico possa dialogar com o saber laico, com o saber popular, com o saber dos indígenas, com o saber das populações urbanas marginais, com o saber camponês; (2) **ecologia das temporalidades:** embora haja um tempo linear, também existem outros tempos. O desafio de pensar pensar na simultaneidade que pode ser contemporânea: os híbridos que promovem o encontro do moderno e do antigo; do "avançado" e do "atrasado"; (3) **ecologia do reconhecimento:** descolonizar as mentes para se produzir algo que distinga, em uma diferença, o que é produto da hierarquia e o que não é. Aceitar as diferenças que permanecem depois que as hierarquias forem descartadas – essas são as que devem ser valorizadas; (4) ec**ologia da 'transescala':** trabalhar entre escalas, articular análises de escalas locais, nacionais, globais, evitando-se ficar somente no nacional ou no global, que olham tudo de cima. Buscar ver através das escalas; (5) **ecologia**

das produtividades: recuperar e valorizar os sistemas alternativos de produção, as organizações econômicas populares, as cooperativas operárias, as empresas autogestionadas, a economia solidária, entre outras experiências, que representam alternativas não preocupadas com soma, números, mas com partilha, com inclusão.

1.3 Tradução: contra o silenciamento e a redução da diferença

Já que Boaventura de Sousa Santos reconhece que uma teoria geral que dê conta desta realidade complexa não é possível, ele busca sentido no procedimento de tradução. Com mais um recurso à linguística, busca-se na tradução um processo transgressor, intercultural, intersocial. Traduzir saberes em outros saberes, traduzir práticas e sujeitos de uns aos outros, buscar inteligibilidade sem "canibalização', sem homogeneização. Criar inteligibilidade sem destruir a diversidade, afinal, há muitas linguagens para falar de dignidade humana, para falar de um futuro melhor, de uma sociedade mais justa.

O trabalho de tradução visa transformar a incomensurabilidade em diferença, uma diferença que torne possível a inteligibilidade recíproca entre os diferentes projetos de emancipação social sem que nenhum subordine ou absorva qualquer outro.

Boaventura de Sousa Santos reconhece que há um excesso de teorias de separação dos diferentes movimentos que protagonizam lutas sociais, e muito poucas teorias de união. Isto se deve, nesta concepção, a uma tradição "nefasta" na política de esquerda: a crença de que politizar uma questão é polarizar uma diferença. Nessa tradição, politizar significa polarizar. Santos propõe que dentro dos movimentos haja a busca de outra cultura política, que se baseie no que chama de "pluralidades despolarizadas". Este conceito tem sobretudo a necessidade de uma inteligibilidade, de uma articulação de ações coletivas cada vez maior, por meio de procedimentos de tradução.

É isto que Santos denomina "Epistemologias do Sul", a concepção de que não há justiça global sem justiça cognitiva global, ou seja, sem justiça entre os conhecimentos. A tentativa de uma nova forma de relacionar conhecimentos por meio do procedimento da tradução. A consideração de que não há cultura que seja completa, daí a necessidade da tradução para que a diversidade seja reconhecida sem relativismo, uma vez que cientistas comprometidos com mudanças sociais não devem ser relativistas.

Isto significa buscar o novo nos interstícios, no que está entre as realidades – daí a necessidade de se migrar de um campo a outro, de um estrato a outro, de uma linguagem a

outra, de uma ciência a outra; a transdisciplinaridade é, em parte, isto. A necessidade, ainda, de buscar conceitos que venham de outros conhecimentos.

Na Epistemologia do Sul o desafio é fazer o silêncio falar por meio de linguagens, de racionalidades que não são as mesmas que produziram o silêncio no primeiro momento. Como fazer o silêncio falar de uma forma produza autonomia e não a reprodução do silenciamento e atuar contra a política de hegemonia: a que produz a ideia de que há culturas que não são críveis.

Santos afirma que "hegemonia é uma tentativa de criar consenso baseado na ideia de que o que ela produz é bom para todos. Mas houve mudança nessa hegemonia, e hoje o que existe deve ser aceito não porque é bom, mas porque é inevitável, pois não há nenhuma alternativa" (2011, p. 55). O pensador conclui que é da hegemonia ocidental que advém a razão cínica: "a celebração do que existe porque não há nada além" (2011, p. 58). A proposta de uma epistemologia do Sul é também o desenvolvimento de uma utopia crítica.

São estas bases do pensamento de Boaventura de Sousa Santos que este estudo propõe serem aplicadas aos estudos em mídia, religião e política, que têm no segmento evangélico um protagonismo.

3. Possibilidades para a pesquisa: indicações conclusivas

Toda esta dinâmica até aqui descrita torna possível considerar que a relação entre evangélicos, política e mídias é um fenômeno que marca o momento recente da política brasileira. Como mencionado, as mídias tradicionais têm trabalhado com a construção de uma concepção de que os evangélicos se colocam na esfera pública como um bloco organicamente articulado, elegendo porta-vozes e referências conservadores e dando-lhes visibilidade. A própria ideia de "bancada evangélica" no Congresso Nacional transmite uma noção de homogeneidade que esconde as diferenças, como abordada por Santos.

Verifica-se, de fato, uma hegemonia (no sentido pensado por Santos, como algo inevitável, sem qualquer alternativa) da corrente conservadora evangélica mais visível, que se reflete no espaço político partidário e nos espaços midiáticos religiosos e não-religiosos. Nesse contexto, a ação midiática promove a ausência de outros grupos religiosos e de evangélicos mesmos, de vertente progressista.

Ao se observar de forma mais atenta a presença religiosa nas mídias, para além do hegemônico e do "universalizado", verifica-se a potencialização de ações reativas contra-hegemônicas, dos grupos minoritários evangélicos, ecumênicos e evangelicais, na sua

diversidade de teologias e práticas, que encontraram nas mídias digitais espaços de exposição de ideias e ativismo político. É fato que a visibilidade promovida pelas mídias tradicionais aos conservadores cria ausência e silencia nesses segmentos progressistas.

A Epistemologia do Sul, e sua ênfase nas emergências, em contraposição às ausências, instiga a um estudo desses fenômenos fundado na interdisciplinaridade, por meio de um diálogo entre a Comunicação Social, as Ciências da Religião e a Ciência Política. Instiga também às ecologias dos saberes e do reconhecimento com vistas à compreensão de como as mídias digitais têm representado um processo de comunicação alternativa ao neoconservadorismo evangélico da parte de grupos minoritários com diferentes teologias e práticas de tendência progressista, como é o caso dos evangelicais e dos ecumênicos. Desta forma se escapa de polarizações e dicotomias reducionistas, entre conservadores e progressistas, uma vez que se pode identificar que entre estes grupos há diferenças de ativismo político, de acordo com as diferentes bases teológicas.

A ecologia das produtividades é uma referência que torna possível a compreensão de que a intensificação das propostas e ações neoconservadoras evangélicas no espaço público, hegemônicas, tende a potencializar o ativismo contra-hegemônico dos grupos evangélicos minoritários nas mídias digitais, resultando em ações presenciais concretas. E nesta abordagem, vale aplicar a noção de "pluralidades despolarizadas", de Santos, uma vez que é possível inferir que estas ações contra-hegemônicas só alcançarão visibilidade e reconhecimento público mais amplo se houver uma articulação (ação conjunta) entre os diferentes grupos minoritários. Pesquisas anteriores da autora deste estudo já registram casos ocorridos em período recente como a bem-sucedida coleta de assinaturas solicitando o afastamento do deputado evangélico Eduardo Cunha da Presidência da Câmara Federa (outubro de 2015) e os atos de evangélicos contra o impeachment da Presidente Dilma Rousseff (março e abril de 2016).[6]

A Epistemologia do Sul permite trabalhar a partir de duas hipóteses: (1) dos três grupos evangélicos aqui tipologizados, o conservador é o que melhor ocupa o espaço midiático – tanto o tradicional quanto o digital – porque: (a) dispõe de recursos financeiros, alcançados pelas práticas religiosas baseadas na Teologia da Prosperidade, o que torna possível a profissionalização do ativismo midiático; (b) entende o lugar das mídias na conquista de espaço e de visibilidade na esfera pública; (c) tem teologia e linguagem que responde ao perfil conservador que caracteriza os evangélicos brasileiros; (d) responde à

[6] Sobre isto ver Mídia, Religião e Política. Disponível em http://www.metodista.br/midiareligiaopolitica.

compreensão das grandes mídias quanto ao perfil do religioso evangélico e tem afinidade com elas quanto à ideologia conservadora na política. (2) Os grupos identificados com o evangelicalismo e com o ecumenismo não conquistam o mesmo nível de alcance midiático do grupo neoconservador: não dispõem do montante de recursos financeiros; a teologia e a linguagem de que dispõem são conflitantes com o perfil conservador que caracteriza os evangélicos brasileiros; não têm a simpatia das grandes mídias. As mídias digitais têm sido o espaço de maior expressão destes dois grupos.

As ecologias das emergências, resultantes da Epistemologia do Sul, contribuem na superação das ausências e dos silenciamentos e na afirmação das diferenças aplicadas à pesquisa em mídia, religião e política, que deve ver nos evangélicos conservadores um grupo protagonista mas pode reconhecer também o lugar grupos progressistas neste processo, como atores minoritários que podem traduzir suas diferenças em prol de ações comuns.

Referências

AZEVEDO, F. A.; RUBIM, A. A. C. Mídia e política no Brasil. **Lua Nova**, n. 43, p. 189-216, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ln/n43/a11n43.pdf. Acesso: 2 jul 2016

CUNHA, M. N. Religião e Política: ressonâncias do neoconservadorismo evangélico nas mídias brasileiras. **Perseu.** História, Memória e Política, n. 11, ano 7, p. 147-168, fev. 2016. Disponível em http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/6.Perseu11.CUNHA%20Magali.pdf. Acesso: 2 jul. 2016.

CUNHA, M. N. **Explosão gospel**: um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico contemporâneo. Rio de Janeiro: MAUAD, 2007.

FIGUEIREDO FILHO, V. **Coronelismo eletrônico evangélico.** Rio de Janeiro: Publ!T Soluções Editoriais, 2010.

GOMES, P.G. et al. (orgs.). **Mídias e religiões:** a comunicação e a fé em sociedades em midiatização. 2ª ed. São Leopoldo: Ed. Unisinos; Casa Leiria, 2012.

GOMES, W. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Famecos**, n. 27, p. 51-78, ago 2005. Disponível em http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3323/2581. Acesso: 2 jul. 2016.

GOMES, W. "Dinâmicas e estruturas da esfera pública contemporânea – a esfera pública além da deliberação pública". In: SOUSA, Mauro Wilton, CORRÊA, Elizabeth Saad (orgs.). **Mutações no espaço público contemporâneo**. São Paulo: Paulus, 2014. p. 177-214.

HOOVER, S. Mídia e religião: premissas e implicações para os campos acadêmico e midiático. **Comunicação & Sociedade**, vol. 35, n. 2, p. 41-68, 2014. Disponível em: https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/viewArticle/4906. Acesso: 20 jun 2016.

LIMA, V. Revisitando as sete teses sobre mídia e política no Brasil. **Comunicação & Sociedade,** n. 51, p. 13-37, jan-jun 2009. Disponível em: https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/viewArticle/853. Acesso: 20 jun 2016.

SANTOS, B. S. **Gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B.S. **Renovar a teoria crítica, reinventar a emancipação social** (1ª ed rev.). São Paulo: Boitempo, 2011.